
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUI-ROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA TÓPICO LOCAÇÕES DE GALPÕES E EQUIPAMENTOS PARA INDÚSTRIAS S.A.

entre


TÓPICO LOCAÇÕES DE GALPÕES E EQUIPAMENTOS PARA INDÚSTRIAS S.A.
como Emissora

e



PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
12 de março de 2015



ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS OBTIDAS PARA EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA.....	4
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS.....	4
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	6
CLÁUSULA QUARTA – DA COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO.....	7
DE DISTRIBUIÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	7
CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	26
CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO.....	30
CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	39
CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA	41
CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES.....	43
CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	45
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO	46



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE DISTRIBUIÇÃO, DA TÓPICO LOCAÇÕES DE GALPÕES E EQUIPAMENTOS PARA INDÚSTRIAS S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **TÓPICO LOCAÇÕES DE GALPÕES E EQUIPAMENTOS PARA INDÚSTRIAS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Embu das Artes, Estado de São Paulo, na Avenida Jorge Alfredo Camasmie, 122, Lote 20, Quadra C, Parque Industrial Ramos de Freitas, CEP 06816-050, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o n.º 08.259.544/0001-84, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob o NIRE n.º 35300469062, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Emissora” ou “Companhia”); e

de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Companhia (“Debenturistas”, “Debêntures” e “Emissão”, respectivamente”):

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.343.682/0001-38, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE n.º 33.3.00014373, neste ato representada na forma de seu estatuto social (“Agente Fiduciário”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.” (“Escritura de Emissão”), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS OBTIDAS PARA EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E CONSTITUIÇÃO DA GARANTIA

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 26 de fevereiro de 2015 (“AGE”), e na Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 26 de fevereiro de 2015 (“RCA” e, em conjunto com a AGE, “Atos Societários da Emissão”) nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação dos termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita; (b) a aprovação para a outorga da Garantia Real; e (c) a autorização à diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão e à celebração desta Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia (conforme abaixo definido), podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Garantia, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

1.2. A celebração da Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido) foi aprovada pela SCG IVa Holding Ltda. (“SCG IVa” ou “Garantidora”), em reunião de sócios, realizada em 26 de fevereiro de 2015 (“ARS”).

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), da Lei das Sociedades por Ações e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Oferta Restrita”).

2.1.2. Por se tratar de oferta para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, a Oferta Restrita será registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), exclusivamente para fins de informar a base de dados da ANBIMA,

nos termos do parágrafo 2º do artigo 1º do “Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários” atualmente em vigor, desde que diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA sejam expedidas, até a data de encerramento da Oferta.

2.2. Arquivamento e Publicação das Autorizações Societárias

2.2.1. Os Atos Societários da Emissão serão devidamente arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), sendo que a AGE será publicada no jornal DCI Diário Comércio Indústria & Serviços e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.

2.2.2. A ARS será devidamente registrada na JUCESP, de acordo com o artigo 1.075, § 2º do Código Civil.

2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, de acordo com o inciso II e com o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCESP, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Registro para Colocação Primária, Negociação Secundária e Custódia Eletrônica

2.4.1. As Debêntures serão devidamente registradas para:

(a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e

(b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, depois de decorridos 90 (noventa) dias de cada subscrição ou aquisição pelo

investidor, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Registro da Garantia

2.5.1. O Contrato de Garantia será registrado nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos aplicáveis, nos termos do respectivo contrato, e o ônus constituído por meio desse instrumento sobre as respectivas ações será anotado no Livro de Registro de Ações da Emissora, em observância ao disposto no Contrato de Garantia.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o Artigo 3º do seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social: “(i) a locação e venda de galpões de estruturas metálicas com coberturas de lonas plásticas, telhas diversas e coberturas infláveis; (ii) a fabricação de estruturas metálicas para galpões, elementos modulares para exposições, edificações pré-fabricadas de metal, tendas, coberturas, pirâmides, arquibancadas, placas de fechamentos, grades de proteção, barreiras de contenção, andaimes e outras estruturas; e (iii) a montagem e desmontagem de galpões, andaimes e outras estruturas”.

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de R\$ 156.000.000,00 (cento e cinquenta e seis milhões de reais) na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”).

3.4. Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas 156 (cento e cinquenta e seis) Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 – Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 (“Banco Liquidante”).

3.6.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 (“Escriturador Mandatário”).

3.7. Destinação dos Recursos

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da Emissão serão destinados à liquidação antecipada de 3 (três) cédulas de crédito bancário emitidas pela Emissora em favor de Itaú Unibanco S.A., quais sejam, (i) a Cédula de Crédito Bancário nº. 101114120009800, (ii) a Cédula de Crédito Bancário nº. 101115010007200 e (iii) a Cédula de Crédito Bancário nº. 101115010008700. O saldo, se houver, será destinado ao reforço do capital de giro da Emissora.

3.8. Imunidade de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

CLÁUSULA QUARTA – DA COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de distribuição, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenador Líder”), sob o regime de garantia firme de distribuição, nos termos do “*Contrato de Estruturação, Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Distribuição, sob o Regime de Garantia Firme de Subscrição, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie*

Quirografária, com Garantia Adicional Real, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Tópico Locações de Galpões e Equipamentos para Indústrias S.A.”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”).

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido no Contrato de Distribuição.

4.1.3. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 75 (setenta e cinco) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados.

4.1.4. A Oferta Restrita terá como público-alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 (“Investidores Qualificados”).

4.1.4.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.5. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

4.1.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos da CETIP e com o Plano de Distribuição.

4.1.7. Cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, entre outros, que efetuou sua própria análise com relação à capacidade de pagamento da Emissora, atestando adicionalmente estar ciente de que, dentre outros: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e que será registrada na ANBIMA apenas para fins de informação de base de dados, nos termos da Cláusula 2.1.2 acima e das regras expedidas pela ANBIMA até a data de encerramento da Oferta; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável, devendo, ainda, por meio de tal declaração, manifestar sua concordância expressa a todos os seus termos e condições (“Declaração de Investidor Qualificado”).

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

4.1.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 31 de março de 2015 (“Data de Emissão”).

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) (“Valor Nominal Unitário”).

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pelo Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, com garantia adicional real, nos termos do item 4.17 abaixo.

4.6. Prazo, Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos Artigos 7-A e 8º, Parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 e no Contrato de Distribuição.

4.6.2. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definida abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a respectiva data de integralização, considerando-se 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento (“Preço de Subscrição”).

4.6.3. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 31 de março de 2020 (“Data de Vencimento”).

4.8. Amortização

4.8.1. O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, semestralmente, nos meses de março e setembro, a partir do dia 31 de março de 2016, inclusive, em 9 (nove) parcelas consecutivas, nas datas indicadas na tabela abaixo (cada data de amortização das Debêntures, uma “Data de Amortização das Debêntures”):

	DATA DE AMORTIZAÇÃO	% DO SALDO DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO A SER AMORTIZADO
1	31/03/2016	11,1100%
2	30/09/2016	11,1100%
3	31/03/2017	11,1100%
4	30/09/2017	11,1100%
5	31/03/2018	11,1100%
6	30/09/2018	11,1100%
7	31/03/2019	11,1100%
8	30/09/2019	11,1100%
9	31/03/2020	Saldo Devedor do Valor Nominal Unitário

4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada “Taxa DI over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP (“Taxa DI”), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), capitalizada de uma sobretaxa de 2,95% (dois inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou desde Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido do *Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de "1" até "n";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = *Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right] \right\}$$

Sendo que:

spread = 2,9500; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

4.9.2. O período de capitalização da Remuneração é, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento

da Remuneração e, para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente (“Período de Capitalização”). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.3. No caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.4. Na ausência da apuração, divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 7 (sete) Dias Úteis contados da última divulgação da Taxa DI, Assembleia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 7.5, para deliberação do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.4.1. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data da ocorrência da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.4.2. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4 acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.4.3, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.5. A Remuneração será devida a partir da Data de Emissão em parcelas semestrais, nos meses de março e setembro (cada data de pagamento de Remuneração, uma “Data de Pagamento da Remuneração”), ocorrendo o primeiro pagamento em 30 de setembro de 2015 e o último na Data de Vencimento da Emissão.

4.9.5.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes à Data de Pagamento da Remuneração, Data de Amortização das Debêntures ou Data de Vencimento (em conjunto, as “Datas de Pagamento”) até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso uma Data de Pagamento não seja um Dia Útil, de acordo com o estabelecido no item 4.19 abaixo.

4.9.6. Farão jus aos eventos previstos nesta Escritura de Emissão aqueles que sejam titulares de Debêntures ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento.

4.10. Resgate Antecipado Total, Amortização Extraordinária Facultativa e Oferta de Resgate Antecipado

4.10.1. *Resgate Antecipado Total.* A Emissora poderá, a qualquer momento, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado da totalidade, e não menos que a totalidade, das Debêntures (“Resgate Antecipado Total”), conforme descrito nos itens abaixo.

4.10.1.1. O Resgate Antecipado Total somente poderá ocorrer por meio de correspondência dirigida à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas a ser divulgada nos termos do item 4.20 desta Escritura (“Comunicação de Resgate Antecipado Total”), com antecedência mínima de 30 (trinta) dias corridos da data prevista para realização do efetivo Resgate Antecipado Total (“Data do Resgate Antecipado Total”).

4.10.1.2. Por ocasião do Resgate Antecipado Total, os Debenturistas farão jus ao pagamento do Valor Nominal Unitário (ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável), acrescido: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data do Resgate Antecipado Total; e (b) de prêmio de resgate, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, paga de forma flat, de acordo com a tabela abaixo (“Prêmio”), incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, acrescido da Remuneração conforme subitem “a” acima (“Valor do Resgate Antecipado Total”):

Data do Resgate Antecipado Total ou da Amortização Extraordinária Facultativa (mês contado a partir da Data de Emissão)	Taxa do Prêmio
De 01/04/2015 (inclusive) a 31/01/2016 (exclusive)	0,70%
De 31/01/2016 (inclusive) a 31/01/2017 (exclusive)	0,60%
De 31/01/2017 (inclusive) a 31/01/2018 (exclusive)	0,40%
De 31/01/2018 (inclusive) a 31/01/2019 (exclusive)	0,30%
De 31/01/2019 (inclusive) a 31/03/2020 (exclusive)	0,20%

4.10.1.3. Na Comunicação de Resgate Antecipado Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Total; (b) a taxa do Prêmio a ser utilizada para cálculo do Valor do Resgate Antecipado Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Total.

4.10.1.4. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

4.10.2. *Amortização Extraordinária Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer momento, observados os termos e condições estabelecidos a seguir, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas, realizar a amortização extraordinária facultativa, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures (“Amortização Extraordinária Facultativa”).

4.10.2.1. A Amortização Extraordinária Facultativa somente poderá ocorrer por meio de correspondência dirigida à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, ou mediante publicação de aviso aos Debenturistas a ser divulgada nos termos do item 4.20 desta Escritura (“Comunicação de Amortização Extraordinária”) com antecedência mínima de 30 (trinta) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa (“Data da Amortização Extraordinária Facultativa”).

4.10.2.2. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, os Debenturistas farão jus ao pagamento de parcela do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, a ser amortizada, acrescida: (a) da Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a Data da Amortização Extraordinária Facultativa; e (b) salvo pelo disposto no item 4.10.2.4, de prêmio de amortização, correspondente a uma taxa expressa na forma percentual, paga de forma flat, de acordo com a tabela prevista no item 4.10.1.2 acima, incidente sobre a parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável, a ser amortizada acrescida da Remuneração conforme subitem “a” no item 4.10.1.2 acima (“Valor da Amortização Extraordinária Facultativa”).

4.10.2.3. Na Comunicação de Amortização Extraordinária Facultativa deverá constar: (a) a Data da Amortização Extraordinária Facultativa; (b) o percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, que será amortizado, a ser definido a exclusivo critério da Companhia, mas, em todo caso, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário das Debêntures ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, (c) se for o caso, a taxa do Prêmio a ser utilizada para cálculo do Valor da Amortização Extraordinária Facultativa, e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária Facultativa.

4.10.3. Caso ocorra o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária Facultativa de quaisquer Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o respectivo Resgate Antecipado Total ou Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, também seguirá os procedimentos adotados pela CETIP.

4.10.3.1. A CETIP deverá ser comunicada pela Emissora sobre o Resgate Antecipado Total ou sobre a Amortização Extraordinária Facultativa das Debêntures com antecedência mínima de 2 (dois) Dias Úteis da respectiva data prevista para ocorrer o Resgate Antecipado Total ou a Amortização Extraordinária Facultativa, conforme o caso, por meio de envio de correspondência contendo o “de acordo” do Agente Fiduciário.

4.10.4. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Total ou Amortização Extraordinária Facultativa no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

4.10.5. *Oferta de Resgate Antecipado.* A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a qualquer momento a partir da Data de Emissão, oferta de resgate antecipado das Debêntures, que assegurará aos Debenturistas igualdade de condições para aceitar a oferta de resgate antecipado das Debêntures de sua titularidade e determinará os termos e condições do resgate, observado o disposto no Artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e as disposições desta Escritura de Emissão (“Oferta de Resgate Antecipado”).

4.10.5.1. Para fins da realização da Oferta de Resgate Antecipado, caberá à Emissora o cumprimento dos seguintes requisitos:

- (i) publicar aviso aos Debenturistas, nos termos da cláusula 4.20.1 abaixo, ou, alternativamente, enviar correspondência dirigida à totalidade dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário, a respeito da Oferta de Resgate Antecipado, com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis da data pretendida para realização da Oferta de Resgate Antecipado, o qual deverá conter, no mínimo, (a) a data pretendida para a realização do resgate antecipado; (b) menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de resgate antecipado será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures.

res, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, se houver; (c) o procedimento para o exercício da aceitação da Oferta de Resgate Antecipado; e quaisquer outras informações necessárias para a realização do resgate antecipado, incluindo informações relativas ao pagamento de prêmio, se houver (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”).

- (ii) divulgar amplamente, respeitados os limites previstos na Instrução CVM 476, a Oferta de Resgate Antecipado;
- (iii) fornecer, na data de publicação, cópia da Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado para o Agente Fiduciário e para a CETIP; e
- (iv) assegurar igualdade de condições e publicidade a todos os Debenturistas a fim de que possam tomar sua decisão sobre a aceitação da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures de sua titularidade.

4.10.5.2. Após a publicação da Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para se manifestarem formalmente perante a Emissora, nos termos da Comunicação da Oferta de Resgate Antecipado, findo o qual, a Emissora terá o prazo de 5 (cinco) Dias Úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado serão resgatadas em uma única data.

4.10.5.3. A Emissora deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis, antes de proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, notificar a CETIP a respeito da Oferta de Resgate Antecipado.

4.10.5.4. Em caso de Oferta de Resgate Antecipado parcial, aplicar-se-á o disposto no parágrafo 1º do Artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações e será realizado procedimento de sorteio a ser coordenado pelo Agente Fiduciário. O sorteio se aplicará apenas se a demanda de aceitação da oferta for superior à quantidade ofertada. Neste caso, a Oferta de Resgate Antecipado parcial deverá ser realizada para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, conforme procedimentos adotados pela CETIP, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio, e de validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas por cada Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Os Debenturistas sorteados serão informados pelo Agente Fiduciário, por escrito, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência da data pretendida para a realização do resgate antecipado, sobre o resultado do sorteio e deverão tomar todas as medidas operacionais junto a CETIP para efetivação do resgate das Debêntures.

4.10.5.5. As Debêntures resgatadas pela Emissora serão por ela canceladas.

4.11. Aquisição Facultativa

4.11.1. Nos termos do artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures de sua emissão: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, conforme aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.

4.12. Repactuação

4.12.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.13. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.13.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, após aprovação em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCESP, nos termos do item 2.3 acima.

4.14. Vencimento Antecipado

4.14.1. Observado o disposto nos itens abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar, assim que tiver ciência dos eventos, antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, até a data do efetivo pagamento das Debêntures, além dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático”):

- (a) liquidação ou dissolução da Emissora ou da Garantidora, ou extinção, insolvência, decretação de falência ou qualquer outro evento análogo que venha a ser criado pela legislação falimentar em substituição ou complementação a estes institutos, da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer e/ou de qualquer das controladas

e/ou coligadas da Emissora (“Sociedades Tópico”), (b) pedido de auto-falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial formalizado pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer das Sociedades Tópico, independentemente de ter sido obtida a homologação judicial da falência ou deferido o respectivo plano de recuperação judicial ou extrajudicial pelo juízo competente e/ou por qualquer dos credores ou classe de credores, conforme o caso, e (c) pedido de falência da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer das Sociedades Tópico, formulado por terceiros, não elidido no prazo legal;

- (b) inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Garantia, não sanada no prazo de 1 (um) Dia Útil;
- (c) caso o SCG IV Fundo de Investimento em Participações, controlador indireto da Emissora, deixe de deter o controle acionário indireto deste, ou, no caso de vir a deter seu controle direto, posteriormente, deixe de detê-lo. Para fins desta Escritura, o termo “controle” tem o significado a ele atribuído no artigo 116, caput, alíneas “a” e “b”, ou do artigo 243, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, conforme aplicável;
- (d) transformação da forma societária da Emissora de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) vencimento antecipado de dívidas, operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional a que esteja sujeita a Emissora e/ou qualquer das Sociedades Tópico, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora e/ou qualquer das Sociedades Tópico por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional;
- (f) distribuição e/ou pagamento, pela Emissora, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Emissora, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, que, em nenhuma hipótese poderá ser superior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, caso (a) a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Garantia, ou (b) tenha ocorrido ou esteja em curso uma das Hipóteses de Vencimento Antecipado. Fica desde já estabelecido que a Emissora poderá distribuir dividendos acima dos dividendos obrigatórios previstos no Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso esteja plenamente adimplente

com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia e caso o Índice Financeiro (conforme estabelecido abaixo) seja inferior a 1,25 (um inteiro e vinte e cinco centésimos);

- (g) se esta Escritura de Emissão e/ou a Garantia Real for objeto de questionamento pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer das Sociedades Tópico;
- (h) se a Garantia Real (i) se tornar insuficiente e não for reforçada no prazo estabelecido no Contrato de Garantia; (ii) for anulada, considerada nula, inválida ou inexecutável não sendo substituída ou sanada sua nulidade, invalidade ou inexecutabilidade nos prazos estabelecidos no prazo estabelecido no Contrato de Garantia; ou (iii) de qualquer forma, deixar de existir, for rescindida ou transferida, por qualquer motivo, não sendo substituída no prazo estabelecido no Contrato de Garantia;
- (i) alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou de qualquer das Sociedades Tópico que possa alterar ou modificar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado, sem que haja anuência prévia de Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (j) redução do capital social da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer das Sociedades Tópico, sem que haja anuência prévia de Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto caso tal redução seja realizada para absorção de prejuízos;
- (k) na hipótese de esta Escritura de Emissão (e/ou qualquer de suas disposições) tornar-se comprovadamente inexecutável, nula ou inválida nos termos da legislação aplicável ou nos termos de decisão judicial transitada em julgado; e
- (l) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 3.7.

4.14.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar ciência da ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas, visando a deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido no item 4.14.4 abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses (“Hipóteses de Vencimento Antecipado não Automático”

e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, “Hipóteses de Vencimento Antecipado”):

- (a) descumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, observados os prazos de cura estabelecidos nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Garantia, conforme o caso, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Garantia;
- (b) vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias a que esteja sujeita a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer das Sociedades Tópico, assim entendidas aquelas que não decorram de dívidas contraídas pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer das Sociedades Tópico, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor igual ou superior a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais);
- (c) vencimento antecipado de dívidas, operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional a que esteja sujeita a Garantidora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Garantidora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional;
- (d) ocorrência de fusão, cisão, incorporação, inclusive incorporação de ações, ou qualquer outro evento societário da Emissora, da Garantidora e/ou qualquer das Sociedades Tópico, ressalvada a incorporação da Garantidora pela Emissora e exceto (i) caso a referida fusão, incorporação ou incorporação seja aprovada previamente por Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, observado o disposto no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) caso seja assegurado aos Debenturistas que assim o desejarem o resgate das Debêntures de que foram titulares, nos termos do artigo 231, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações;
- (e) existência de qualquer sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer das Sociedades Tópico em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (f) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Garantidora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão, ou das obrigações assumidas pela Emissora e/ou pela Garantidora no Contrato de Garantia, sem que haja anuência prévia de Debentu-

ristas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;

- (g) revelarem-se incorretas, falsas ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pela Garantidora nos documentos relacionados à Emissão, incluindo, mas não se limitando, a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Garantia;
- (h) não observância, pela Emissora, do índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA \leq 2,00 (dois inteiros) nas datas de sua respectiva apuração anual, observado que a primeira apuração será feita com base nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2015 (“Índice Financeiro”):

onde:

“Dívida Líquida” significa, em qualquer data, a Dívida Bruta menos caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.

“Dívida Bruta” significa, em qualquer data, o somatório de (i) todos os valores em dinheiro tomados em empréstimo ou financiamento e contabilizados no balanço como dívidas bancárias de curto e longo prazo e seus respectivos juros e demais encargos, inclusive moratórios, quando devidos; (ii) a exposição líquida de transações com derivativos; (iii) desconto de duplicatas, cessão de créditos, *vendor*, *leasing*, assunção de dívidas ou compromissos bancários; (iv) o valor de quaisquer notas de crédito, títulos de crédito, debêntures, empréstimos ou demais títulos e valores mobiliários devidos ou pagáveis e seus respectivos juros e demais encargos, inclusive moratórios, quando devidos; e (v) avais e outras garantias prestadas a terceiros em operações bancárias.

“EBITDA” significa, para cada período de apuração, o lucro (ou prejuízo) líquido, sendo desconsideradas as despesas e receitas financeiras, as provisões para o imposto de renda e contribuição social, as despesas e receitas não operacionais, a equivalência patrimonial, a depreciação e a amortização.

- (i) protestos de títulos contra a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer das Sociedades Tópico em valor igual ou superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo (i) se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros,

desde que validamente comprovado pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer das Sociedades Tópico, conforme aplicável, ou (ii) se o protesto for cancelado ou sustado no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis;

- (j) alienação de quaisquer ativos pela Emissora e/ou por qualquer das Sociedades Tópico ou desapropriação, confisco ou qualquer outra medida e/ou evento que implique na perda de bens pela Emissora (exceto nos casos previstos no item (k) abaixo) e que importe na redução de seu ativo imobilizado para valor inferior a R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais);
- (k) arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora e/ou de qualquer das Sociedades Tópico que possuam valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais);
- (l) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, desde que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer das Sociedades Tópico; e
- (m) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Oferta Restrita (e/ou quaisquer de suas disposições), inclusive o Contrato de Garantia, exceto esta Escritura de Emissão, tornarem-se comprovadamente inexequíveis, nulos ou inválidos nos termos da legislação aplicável ou nos termos de decisão judicial transitada em julgado.

4.14.3. Na ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas no item 4.14.1, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

4.14.4. Na ocorrência de qualquer das Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas no item 4.14.2., o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tiver ciência de sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas detentores de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

4.14.4.1. Na hipótese de (a) não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.14.2 acima por falta de *quorum*, mesmo após segunda convocação, ou (b) não ser alcançado o *quorum* mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento

antecipado, conforme estabelecido no item 4.14.4 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido. Para os fins desta Escritura de Emissão, será considerado como tendo o Agente Fiduciário tomado conhecimento de qualquer informação (i) se fornecida pela Companhia, nos termos desta Escritura de Emissão; (ii) se fornecida por qualquer Debenturista; ou (iii) se divulgada por qualquer meio de comunicação dirigido ao público em geral, o que inclui, mas não se limita, a jornais de grande circulação, a portal de notícias e a quaisquer páginas na rede mundial de computadores.

4.14.5. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se ao pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou desde a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, além dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Garantia, em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário.

4.15. Multa e Juros Moratórios

4.15.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, ficarão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; além das despesas incorridas para cobrança de referidos montantes.

4.16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.16.1. Sem prejuízo do disposto no item 4.15 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.17. Garantia

4.17.1. As obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, conforme estabelecidas nesta Escritura de Emissão, contarão com a alienação fiduciária das ações de emissão da Companhia, de titularidade da Garantidora, correspondentes, nesta data, em agregado, a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social total da Companhia. A alienação fiduciária das ações da Companhia, conforme aqui previsto, será constituída em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário (“Alienação Fiduciária de Ações”), em conformidade com os termos e condições do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações” (“Contrato de Garantia” ou “Garantia Real”).

4.18. Local de Pagamento

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.19. Prorrogação dos Prazos

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado de âmbito nacional, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.516, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, “Dia Útil” significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado de âmbito nacional, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.516.

4.20. Publicidade

4.20.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no jornal DCI Diário Comércio Indústria & Serviços e no Diário Oficial do Estado de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – *internet* (<http://www.topico.com.br/pt/debentures/>) observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário, sendo certo que, caso a Emissora altere seu jornal de

publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, Aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.

4.21. Liquidez e Estabilização

4.21.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.22. Fundo de Amortização

4.22.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.23. Classificação de Risco

4.23.1. Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir *rating* às Debêntures.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. Sem prejuízo das demais obrigações aqui dispostas e no Contrato de Garantia, bem como o disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório de revisão especial de apuração do Índice Financeiro elaborado pelos auditores independentes, contendo a memória de cálculo explicitando as rubricas necessárias à apuração do Índice Financeiro, estabelecido no item 4.14.2 (h) acima, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário do Índice Financeiro, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários e (b) declaração assinada por representante legal da Emissora com poderes para tanto, atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão pela Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (i) que

permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (ii) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (iii) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;

- (ii) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Instrução CVM 358”), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicadas ou, se não forem publicadas, da data em que forem realizadas;
- (iii) documentos comprobatórios atestando a utilização dos recursos captados na presente Emissão, conforme disposto na Cláusula 3.7 acima, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua efetiva utilização; e
- (b) declaração do representante legal da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão em até 3 (três) Dias Úteis antes do pagamento dos dividendos aos acionistas da Emissora quando acima do mínimo obrigatório;
- (c) manter sempre válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora;
- (d) manter em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para lhe assegurar a manutenção de suas condições atuais de funcionamento;
- (e) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- (f) manter os bens que estiverem na posse direta da Emissora adequadamente segurados por companhias de seguro, conforme práticas correntes;
- (g) notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas nos itens 4.14.1. e 4.14.2. desta Escritura de Emissão;

- (h) notificar em até 5 (cinco) Dias Úteis o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, ou demais eventos ou situações que (i) possam causar um efeito material adverso nas condições operacionais, econômicas ou financeiras da Emissora e/ou da Garantidora; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (iii) faça com que qualquer das declarações prestadas pela Emissora sejam consideradas total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas na data desta Escritura de Emissão;
- (i) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (j) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 5 (cinco) Dias Úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, trabalhista, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora ou à Garantidora;
- (k) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, de acordo com o artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (l) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (m) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (n) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (o) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;

- (p) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que seja razoável e lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens 4.14.1. e 4.14.2. acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após ter tomado conhecimento da ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- (q) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora ou pela Garantidora, relacionada às Hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (r) contratar e manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, a CETIP e o Agente Fiduciário;
- (s) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (t) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão. O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter tais despesas reembolsadas caso não tenham sido previamente aprovadas e realizadas em discordância com (i) critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente;
- (u) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (v) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;

- (w) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM e da CETIP, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (x) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (y) caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura, mas não o faça, convocar, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (z) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (aa) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas (m) e (n) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo por ela informado; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009, e demais normas aplicáveis; e
- (bb) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, especialmente a regularidade da prestação da Garantia Real, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora, observado que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (k) para fins do disposto na Instrução CVM nº 28, na data de assinatura da presente Escritura de Emissão, não presta serviço de agente fiduciário nas emissões das empresas do grupo da Emissora; e
- (l) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto.



6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.4. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. As parcelas citadas no item 6.4 supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

6.4.5. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sempre que possível, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de

certidões, fotocópias, digitalizações, envio de documentos, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, transportes, alimentação, estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.4.6. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na junta comercial competente e nos competentes Registros de Títulos e Documentos; (ii) do Contrato de Garantia, nos competentes Registros de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora;



- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões válidas emitidas por, dentre outros: distribuidores cíveis, distribuidores das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora;
- (i) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme item 4.20 acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar o organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;

- (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (v) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vi) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (viii) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (ix) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Garantia Real; e
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.

- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20 acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;
- (q) disponibilizar, diariamente, o Valor Nominal Unitário a ser calculado pela Emissora, disponibilizando aos Debenturistas e demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou por meio do site www.pentagonotrustee.com.br;
- (r) acompanhar com o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto nesta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar o Contrato de Garantia, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão e do Contrato de Garantia, aplicando o produto da execução na amortização ou

liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos da Escritura de Emissão;

- (c) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (a) a (d) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, nos termos desta Escritura ou por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, conforme o caso, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (e) acima.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Sem prejuízo do dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, os quais continuarão a ser de obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.

6.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10. O Agente Fiduciário deverá se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento do Índice Financeiro.

6.11. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, conforme definido na Cláusula Sétima, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.11.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora, pedindo sua substituição.

6.11.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.11.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.11.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.11.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.13 acima.

6.11.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.20 acima.

6.11.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme item 4.20 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 8 (oito) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da nova publicação do edital de segunda convocação.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, a metade mais um das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.8 abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures em

circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges ou de quaisquer outras partes relacionadas. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. Exceto se estabelecido de forma diversa nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que detenham, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

7.13. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, dependerão da aprovação por Debenturistas que detenham, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) as disposições desta cláusula, (ii) a Remuneração das Debêntures; (iii) de quaisquer valores e datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (iv) a Data de Vencimento das Debêntures; (v) a espécie das Debêntures, (vi) da criação de evento de repactuação, (vii) das disposições relativas ao Resgate Antecipado Total, a Amortização Extraordinária Facultativa e a Oferta de Resgate Antecipado, (viii); as Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas nos itens 4.14.1. e 4.14.2. acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário (*waiver*); (ix) modificação dos *quorums* de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (x) alteração das obrigações adicionais da Emissora estabelecidas na Cláusula Quinta; (xi) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; e (xii) alterações da Garantia Real prestada.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quorums* estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) tem todas as autorizações e licenças necessárias exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- (e) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora e/ou as Sociedades Tópico sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto pela Garantia Real, na forma do item 4.17 acima; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou as Sociedades Tópico ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou as Sociedades Tópico ou quaisquer de seus bens e propriedades;

- (f) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2012, 2013 e as demonstrações financeiras da Emissora relativas ao período de 9 (nove) meses encerrado em 30 de setembro de 2014 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora no período, conforme aplicável;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.7 desta Escritura de Emissão;
- (i) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora;
- (j) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) nesta data, (i) está observando e cumprindo seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de arrendamento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada; (ii) está cumprindo com a legislação brasileira em vigor necessária ao exercício de suas atividades; e (iii) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Oferta Restrita não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (l) todas as informações prestadas pela Emissora no âmbito da presente Oferta Restrita, ou concomitantemente à presente data, para fins de análise e aprovação da Emissão das Debêntures, são corretas, completas, suficientes e verdadeiras na data na qual

referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;

- (m) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas, consistentes e suficientes;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da Escritura de Emissão, dos Atos Societários da Emissão e da ARS na JUCESP; (ii) o registro das Debêntures na CETIP; e (iii) o registro do Contrato de Garantia nos competentes Registros de Títulos e Documentos;
- (o) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (p) está em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributárias (municipais, estaduais e federais), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- (q) a Emissora tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.



CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

TÓPICO LOCAÇÕES DE GALPÕES E EQUIPAMENTOS PARA INDÚSTRIAS S.A.
Rua Gomes de Carvalho, nº 1356, 3º andar



Vila Olímpia
São Paulo, SP CEP 04547-000
At.: Sr. Odair Benedito Leandro da Silva
Correio Eletrônico: odair.silva@topico.com.br

Para o Agente Fiduciário:


PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 08, Ala B, Sala 303 e 304, Barra da Tijuca
CEP 22640-102 – Rio de Janeiro – RJ
At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: operacional@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Liquidante

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
CEP 04344-902 – São Paulo / SP
At.: Sr. Luiz Andre Negrin Petito
Telefone: 011 2797-4441
Fac-símile: 011 2797-3140
Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



Para o Escriturador Mandatário

ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.


Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
CEP 04538-132 – São Paulo / SP
At.: Sr. Luiz Andre Negrin Petito
Telefone: 011 2797-4441
Fac-símile: 011 2797-3140
Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br



Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
CEP 01452-002 – São Paulo / SP
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: 011 3111-1596
Fac-símile: 011 3111-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br



9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

São Paulo, 12 de março de 2015.




PÁGINA DE ASSINATURAS 01/02 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TÓPICO LOCAÇÕES DE GALPÕES E EQUIPAMENTOS PARA INDÚSTRIAS S.A.

TÓPICO LOCAÇÕES DE GALPÕES E EQUIPAMENTOS PARA INDÚSTRIAS S.A.


Nome:

Cargo:


Diego Stark
Diretor Presidente
RG: 9.013.673-1 SSP/SP
CPF: 264.431.658-88

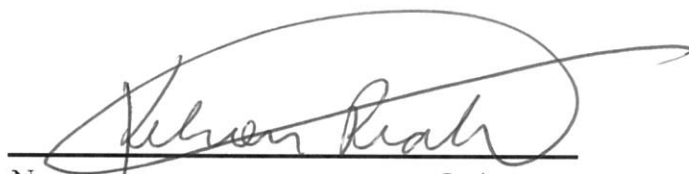
Nome:

Cargo:



Odair B. Leandro da Silva
Diretor
RG: 30.421.772-4 SSP/SP
CPF: 273.947.928-03


PÁGINA DE ASSINATURAS 02/02 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAIL REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA TÓPICO LOCAÇÕES DE GALPÕES E EQUIPAMENTOS PARA INDÚSTRIAS S.A.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: **Kelson Thales Cruzeiro Prates**
Cargo: **Procurador**

Testemunhas:


Nome: *Gabriel Jura da Silva*
CPF: 078.308.629-66


Nome: *LARISSA T. GOBIS*
CPF: 324 504 128 - 40



